



FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL ESPECIALIZADA.

Autor: Franklin Vieira de Sá (Graduando/UFPI)

Coautora: Michelle Guimarães Borges (Graduanda/UFPI)

Coautora: Jardeane Aparecida Marque de Oliveira Ramos (Graduanda/UFPI)

Coautor: Helio Ferreira de Oliveira (Graduando/UFPI)

Orientadora: Prof^ª. M.s. Maria da Penha Feitosa (Professora/UFPI)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a formação de professores para atuar com alunos e alunas com necessidades especiais inseridas no espaço da escola regular. Trata-se de uma pesquisa em andamento, ainda na fase de análise bibliográfica, com o intuito de promover uma reflexão sobre a formação desse profissional da docência para educação especial, tema do qual ainda repercutem questões como, por exemplo, como essa formação está sendo feita e o que poderemos ainda propor para que ela aconteça de forma a que se possa alcançar o que dizem as principais diretrizes para a educação especial e, principalmente, que atenda às reais necessidades dos alunos e alunas especiais que buscam a escola regular, daí o interesse em fomentar a discussão junto a outros pesquisadores. A opção metodológica será por uma pesquisa de caráter exploratório, para isso será feito trabalho de campo e análise bibliográfica, numa abordagem qualitativa.

Palavras-chave: Formação de Professores. Educação Especial. Educação Inclusiva.



INTRODUÇÃO

A prática social em relação à pessoa com deficiência e a todas aquelas pessoas que por um motivo ou outro foram excluídas do espaço da escola tem se modificado ao longo dos últimos anos e influenciado muitas políticas sociais e experiências de estudos e pesquisas que confirmam a necessidade de expor aos futuros professores e gestores o tema da educação inclusiva. Os meios de comunicação têm sido parceiros na difusão dessas ideias e das pesquisas realizadas no âmbito da academia e dos institutos de pesquisa, consolidando concepções e opiniões utilizando-se várias conotações em torno da palavra inclusão: inclusão digital, inclusão social, inclusão educacional, sendo esta última a que mais tem chamado atenção da comunidade educacional.

No entanto, a palavra inclusão ainda é utilizada geralmente quando se fala em pessoas com necessidades especiais e isso tem levado a concepções errôneas, quase sempre se colocando de lado o sentido maior que a palavra comporta. Uma outra crença difundida pelo senso comum e que, de certa forma, contribui para a montagem de um estereótipo das pessoas com necessidades especiais é de que a melhor coisa a acontecer a essas pessoas é que elas pudessem se tornar “normais”, ou seja, que fossem curadas de suas deficiências. Além de uma confusão conceitual entre o que é doença e o que é deficiência, isso mostra um severo preconceito em relação à condição deficiente, que é uma condição permanente ou temporária e constitutiva do sujeito. Isso nos leva a crer que precisamos muito mais que educação inclusiva, precisamos de uma mentalidade inclusiva, como uma condição imprescindível para a verdadeira inclusão.

A relação com os alunos e alunas que têm em sua formação biológica física alguma necessidade especial de educação antes de tudo deve ser de respeito à sua condição, para que se possa realmente integrar na escola todos os discentes, pois todos têm de alguma forma uma dificuldade de aprendizagem e é a esse respeito que nos falam Ferreira e Guimarães (2003),



ao tratarem do tema educação inclusiva, dizendo que comete engano a pessoa que pensa a respeito deste tema e faz ligação apenas às crianças com algum tipo de necessidade especial. Consoante a este pensamento, Mittler (2003, p.23) diz que a educação inclusiva: “se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização e não apenas àquelas que são rotuladas com o termo necessidades educacionais especiais”, no sentido de se compreender que na sociedade existem diferenças entre as pessoas, seja cultural, financeira, crença ou física. Mas, em se tratando de educação, deve-se chegar ao ponto de incluir todas as formas variadas de diferenças na sala de aula e compreendê-las para chegar a um ensino igualitário e a uma educação para todos. Nessa perspectiva, Escott, Muller e Wolffenbuttel (2003, p.41) colocam que:

Pensar em sociedade inclusiva implica, inicialmente, pensar em educação inclusiva, educação que deve ser foco de reflexão desde a formação dos seus profissionais, de forma a construir a cultura do respeito às diferenças, para que, assim, seja possível também educar de forma diferenciada, de acordo com necessidade dos educandos.

Como parte da nossa preocupação e do tema aqui abordado, a formação docente toma uma importância toda especial nesse contexto, uma vez que a tarefa de oferecer formação adequada que auxilie os futuros educadores na sua prática e nas suas reflexões cabe aos sistemas de ensino e é a ele que nos reportamos quando pensamos nos profissionais da docência que estão sendo formados para enfrentar esse desafio, que é muito mais amplo e envolve a educação especial numa preocupação maior com a educação inclusiva, e quando vemos que a proposta de inclusão vem sendo estimulada no nosso país desde a educação infantil até a educação superior, haja vista as políticas do governo federal para fazer com que a educação chegue para todos, vemos que embora essa seja uma política organizada por meio de acordos e diversas convenções internacionais, a exemplo da Declaração Mundial de Educação para Todos, entre as boas intenções e a realidade há muitos itens que sequer são conhecidos pela maioria dos educadores, como, por exemplo, o fato da existência no Brasil de grande contingente de pessoas que não completaram sequer quatro anos de escolaridade,



enquanto no grupo dos especiais a maior dificuldade de acesso a informações ainda é uma severa realidade, além do enfrentamento do preconceito quando os pais procuram a escola regular para matricular seus filhos.

Por estar em fase inicial de estudo este trabalho se caracteriza por uma análise bibliográfica a partir de estudos desenvolvidos por autores que debatem a temática há mais tempo e do que se discute hoje a respeito da formação para atuar na docência com a inclusão. Como viés metodológico, optamos por uma pesquisa exploratória, partindo de uma análise sócio-histórica da situação dada, numa abordagem qualitativa. Como instrumentos de pesquisa serão utilizados questionários com perguntas abertas, a fim de analisarmos as respostas à luz dos teóricos que tratam da temática. Os sujeitos da pesquisa serão em primeira instância alunos concludentes do curso de Pedagogia, professores da educação especial, diretores, coordenadores das escolas e supervisores pedagógicos, enquanto o universo pesquisado serão escolas do município de Floriano onde percebemos inquietações a respeito da área de atuação do referido profissional.

O entendimento, tanto por parte dos autores que discutem a temática, como por parte das políticas educacionais que regem os princípios da educação especial no contexto da educação inclusiva é de que a formação do profissional da educação que trabalha ou que irá trabalhar com crianças especiais inseridas em escolas regulares deverá ter como preocupação central o aluno que convive com situações físicas ou intelectuais especiais e para que tenha um ensino-aprendizagem de qualidade que favoreça uma formação sólida a que tem direito, e isso precisa partir de profissionais adequadamente preparados para lidar com suas necessidades. Partindo dessa premissa é que se discute se a graduação do profissional que irá receber esse alunado na escola regular está voltada para compreender métodos de ensino que auxiliem a compreensão do educando em sala de aula, sem excluí-lo dos demais no ambiente escolar, sendo proposta inteiramente a interação deste no meio social em que vive e no meio educacional que se relacionam, fazendo com que tanto o discente com NEE (Necessidades Especiais Educativas) e o sem necessidades e as pessoas que formam o quadro educacional



escolar tenham um relacionamento de afeto e respeito um pelo outro, construindo uma sociedade mais igualitária e justa, sem preconceitos e sem exclusão.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Historicamente, a formação de educadores para o atendimento educacional especializado esteve ligada aos cursos de formação do magistério em nível secundário. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971 (5.692/71), é que vão surgir as habilitações em nível superior, nas diferentes áreas da Educação Especial, o que renova em muito as perspectivas da comunidade acadêmica no que diz respeito à qualificação desse profissional.

Foi a partir da década de 70 que a educação inclusiva avançou no sentido de formar seus profissionais adequadamente com todo o aparato legal de meios educacionais e recursos pedagógicos para que o educador tivesse uma formação plena para o exercício e uma formação de qualidade e continuada, onde ele acaba por buscar sempre mais o aperfeiçoamento.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, Lei 9394/96, no seu artigo 59, alínea III, diz que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimentos especializados, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”, numa preocupação clara com a inclusão dessas pessoas.

A Declaração de Salamanca (1994), de onde saiu o termo de compromissos para que se encare essa situação de forma concreta, o qual demanda que os estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional, teve como



representação os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmando o compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência de se providenciar educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossando a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governos e organizações sejam guiados.

Entre as orientações escritas no documento para a ação em nível nacional está a de “Recrutamento e Treinamento de Educadores”, em que “a preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção do progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas” e

treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário ou secundário orientação positiva frente à deficiência, desta forma desenvolvendo um entendimento daquilo que pode ser alcançado nas escolas através dos serviços de apoio disponíveis na localidade (Declaração de Salamanca, 2004).

Ou seja, para que a inclusão aconteça de forma completa, governos devem priorizar a formação com qualidade de educadores para a educação especial inclusiva, na linha do que dizem os principais documentos legais com foco na inclusão. Ainda citando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996, Art.59), cita os tipos de professores que na referida lei deverão ser formados para atuar como docentes nesta modalidade de educação, “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Portanto deve atuar na educação especial dois tipos de docentes, por assim entendido o artigo da lei:

a) Professor especializado em Educação Especial que em sua formação deve constar cursos de licenciatura em Educação Especial ou complementação de estudos ou pós-graduação, onde



ele deve atuar no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno, identificando as necessidades especiais e apoiando o professor da classe comum.

b) Professor de classe comum capacitado que comprove em sua formação conteúdos ou disciplinas sobre Educação Especial e desenvolvidas, ou seja, este tipo de professor irá atuar em equipe com o professor especializado e mediar à educação correta para o aluno em todas as áreas de conhecimento, tendo como meta avaliar continuamente a eficácia do processo educativo;

A formação desses dois tipos de profissionais possibilitaria um novo olhar pedagógico sobre o alunado especial, além de tornar possível a função integradora da escola. Havendo mais de uma pessoa para buscar meios educacionais compatíveis com as exigências de cada momento e situação, seria uma das formas possíveis de garantir uma inclusão de qualidade e de fazer com que os conteúdos estudados e ensinados tenham um significado a mais para a vida e a formação do discente.

Não somente estes dois tipos de profissionais, mas sendo também de grande utilidade a formação especial de outro profissional, chamado de “professor de apoio”, o qual teria a função de auxiliar o professor regente nas atividades com determinados alunos com necessidades especiais, conforme os pareceres médicos e relatórios enviados pela equipe pedagógica das escolas, ou seja, é um recurso de fato inquestionável para que a prática em sala de aula se dê com maior coesão e coerência por parte dos professores e que ganha sentido construtivo para a vida do educando e do educador. O professor de apoio, para Jiménez (1997, p.48) “é aquele que dedica a sua atenção profissional ao aluno com necessidades especiais, integrados em escolas de ensino regular”.

Estudos de Ferreira e Ferreira, Góes e Laplane, Martins e Mendes (2004), Mettler (2003), Padilha (2001), Kassa, Bruno e Bueno (1999) defendem a formação inicial e continuada de professores para lidar com a diversidade; a formação inicial e continuada de educadores para o atendimento educacional especializado e para o apoio e suporte à inclusão.



Entendem que os papéis do professor especializado, além de atender as especificidades decorrentes da deficiência, deve priorizar o trabalho conjunto com a família, escola e comunidade, acompanhar e apoiar o projeto pedagógico e colaborar para a adequação da prática pedagógica no contexto escolar.

Observa-se com isso que a formação inicial e continuada constitui-se um dos meios mais significativos e construtivos para um desenvolvimento intelectual do profissional que pretende atuar na área da educação especial, pois além de contribuir para sua formação e para uma forma genuína e digna de ensino, é certamente semeadora de novos adeptos a esta educação que é motivadora na sociedade.

Colocando-se a amostra as opiniões e as afirmações dos autores e todos os documentos que foram criados para que este tipo de educador tenha uma formação específica e de qualidade, chegamos ao ponto que nos interessa, certamente não precisamos de dados apontando como anda esta modalidade de educação no Brasil, basta apenas irmos à escola mais próxima e veremos que não existe de forma alguma um educador com formação adequada para exercer a atividade e nem se quer promover uma ação para a busca de uma alternativa para inserir tal educação na escola.

Certamente alguns cursos de licenciatura têm em seus currículos disciplinas para inclusão educativa e social, mas nem sempre são administradas por professores de competência em tal matéria e em casos mais óbvios não são nem colocados em prática, pois a falta de educadores nesta área de conhecimento é ainda um desafio para a educação brasileira.

A formação de professores especializados em educação especial, segundo Mendes (2002), enfrenta em nosso país sérios desafios, decorrentes tanto do contexto problemático das reformas propostas para a formação de professores em geral (reformas apoiadas pelos organismos internacionais), quanto da própria história dessa área específica de formação. Para Demo (1992), a formação de professores é o fator mais importante para a qualidade da educação básica e, segundo ele, a questão da formação encabeça a relação dos problemas a



serem enfrentados por todo o sistema educacional brasileiro. Entretanto, o problema não está somente no currículo da graduação de formação de docentes, mas está também na formação continuada deste, pois não há como um educador estar plenamente formado apenas com um certo tempo de estudo, ele deve estar sempre em contato com novas pesquisas e novos conhecimentos e para isso deve-se também haver uma aparato de instituições e mobilizações de eventos voltados para a “reciclagem” deste educador.

Na ótica de Behares (1996, p. 44), o desafio que se impõe é encontrar um equilíbrio em formar e formar-se. Os alunos, ao adentrarem o ensino superior, necessitam de um universo de conhecimentos que implicam na atitude de formar-se, pois, além de qualificá-los tecnicamente, a universidade tem a missão de formar cidadãos conscientes, éticos e críticos.

Analisando o autor, temos como fator inicial e objetivo a formação de pessoas capazes de enfrentar tais desafios com discernimento, colocar em pontos o que deve ser avaliado e quais caminhos podem levar o aprendizado do aluno com NEE a uma educação de ensino/aprendizagem significativa, é, portanto o sentido a qual esta formação deve ser pautada.

Mendes (2002), diz que [...] a formação de professores é mais uma das urgentes pautas que devem entrar na imensa agenda da pesquisa e da política nacional na área da educação, decorrente do debate sobre educação inclusiva e das reformas no sistema educacional impostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. De acordo, ainda, com Mendes (2002), os principais desafios na formação dos professores de educação especial estariam, no momento, menos atrelados a definições das competências técnicas a serem exigidas nesse tipo de formação, mas muito mais, nas indefinições das diretrizes políticas atuais, mesmo considerando todas as iniciativas governamentais atuais nesse sentido.

Nesse sentido, Bueno (1999) coloca três desafios para a formação de professores que irão trabalhar com alunos especiais na escola regular: formação teórica sólida ou formação adequada no que se refere aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos que



envolvem tanto o “saber” como o “saber fazer” pedagógico; formação que possibilite dar conta das mais diversas diferenças, entre elas, as crianças deficientes que foram incorporadas no processo educativo regular; formação específica sobre características, necessidades e procedimentos pedagógicos para as diferentes áreas de deficiência.

Estes desafios fazem linha com outros tantos, mas em consolidação estes desafios aparecem a uma certa distância da formação que de fato acontece. Contudo deve-se levar em conta que o futuro educador para estar hábil a assumir a responsabilidade de promover a inclusão nas suas mais variadas diferenças sociais, não somente o aluno com necessidades especiais, mas todos os discentes em sala de aula, levando a turma a compreender e a familiarizar-se entre si, um laço de união e solidariedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida no presente artigo, que teve como objetivo discutir à luz dos teóricos a formação de professores para atuar com alunos e alunas com necessidades especiais na perspectiva da educação inclusiva evidencia que há uma centralidade do discurso em torno da inclusão, além de mostrar a necessidade de que a formação desse profissional seja feita de modo a atender os princípios básicos que regem a educação especial, como um direito de cidadania a todos os indivíduos com necessidades especiais, como pautado na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96). Segundo a lei maior da educação nacional brasileira, as várias modalidades de educação devem ser trabalhadas de forma a resguardar o direito de todos ao acesso à educação.

Diante do que foi exposto entendemos que a formação está sendo feita na realidade de forma que o profissional busque autonomamente seu conhecimento para sua preparação e formação essencial para adentrar a uma sala de aula com alunos que tendem a estar em condições necessárias de uma educação diferenciada, e assim tendo o professor que construir



fora da instituição o aprendizado necessário para esta modalidade de ensino e sem se quer ter o auxílio de um outro professor formado na área de atuação dos mesmos.

No que tange à formação do profissional que irá fazer com esse direito realmente se efetive, há ainda muito que considerar e fazer, uma vez que a realidade mostra um outro lado da história, que é a situação vivida pelo aluno de graduação, uma situação que precisa ser melhor analisada quando o assunto é educação especial, para que não tenhamos uma formação com foco na educação especial apenas teoricamente. Portanto, para que haja realmente uma formação dedicada e de qualidade a esta modalidade de ensino, deve-se primeiramente obedecer aos documentos e as leis, construir instituições e currículos voltados para a formação legítima e de continuidade do graduando, possibilitar a ele convivências e estágios em escolas e centros educacionais especializados, são métodos que de certa forma ainda estão ausentes nos cursos de licenciatura.

Portanto, a inclusão educacional e social só será alcançada quando os requisitos de ações pedagógicas e os documentos e leis estabelecidas forem gradualmente colocados como pontos principais e respeitados pelas autoridades governamentais, levando assim uma formação tanto profissional de qualidade quanto o aprendizado e a inserção do indivíduo na sociedade, fazendo com que a inclusão de pessoas com necessidades especiais aconteça num espaço social mais justo e livre de olhares preconceituosos e discriminadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHARES, Luiz Ernesto. **Novas correntes na educação do surdo**: enfoques clínicos aos culturais. Santa Maria: UFSM, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394 de 2º de Dezembro de 1996.

BRASIL. **Referencias para a Formação de Professores**, MEC, 1999.



BRASÍLIA. **Declaração de Salamanca:** princípios, políticas e práticas para as necessidades educativas especiais. CORDE 1997.

BRUNO, Marilda, M. G. Escola inclusiva: problemas e perspectivas. In: **Anais do II Encontro de Educação do Oeste Paulista**. Presidente Prudente: UNESP, 2000.

BUENO, J. G. S. **A educação especial nas universidades brasileiras**. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

BUENO, J. G. S. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores:** generalista ou especialista? Trabalho apresentado na 21ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 1998.

ESTEVE, José M. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, Antonio (org.). **Profissão Professor**. Porto: Porto, 1991. Cap. 4, p. 94-124.

FERREIRA, M. C. C. Formação de Professores. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; WILLIAMS, L. C. A. (Orgs.) **Temas em Educação Especial:** avanços recentes. São Carlos: Ed. UFSCar, 2004.

JIMÉNEZ, Rafael Bautista. Modalidade de escolarização. A classe especial e a classe de apoio. In: _ . (Coord.) **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: Dinalivro, 1997, p.37 – 51.

MARTINS, Eduardo. **Manual de redações e escrita**. Organizações “O Estado de São Paulo” – OESP, São Paulo, 2000.

MENDES, E.G., A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v.11 n.33 set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**. Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

RODRIGUES, D. A inclusão na universidade: limites e possibilidades da construção de uma universidade inclusiva. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Revista Educação Especial**. UFSM, Santa Maria, n.23, 2004.